

1 **ATA DA 443ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZ DE MARÇO DE DOIS**
3 **MIL E DEZESSEIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às quinze horas, no Auditório Lino
5 Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima
6 quadragésima terceira Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do
7 Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da AMMVI e prefeito de Rio dos
8 Cedros, senhor Fernando Tomaselli e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram
9 presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença.
10 Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu a presença de todos e,
11 constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente
12 determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da
13 assembleia anterior; 2 – Apresentação do Ministério Público de Santa Catarina; 3 –
14 Movimento econômico; 4 – Orientações em ano eleitoral; 5 – Agendas; 6 - Relatório de
15 Atividades 2015; 7 – Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o
16 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e,
17 não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Em
18 prosseguimento, o presidente passou para o segundo item em pauta, momento em que o
19 secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, disse que há alguns anos a
20 entidade vem discutindo ações na área de saneamento básico e no último ano reforçou a
21 discussão e a parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), que têm
22 contribuído para as ações do cumprimento do TAC. Em seguida, o senhor Corrêa
23 convidou para usar a palavra o Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente de
24 Blumenau, senhor Leonardo Todeschini. Na ocasião, ele agradeceu a oportunidade de
25 conversar com os prefeitos e falou que a promotoria tem abrangência regional, atendendo
26 não somente os catorze municípios da AMMVI, mas também os demais pertencentes à
27 Bacia do Rio Itajaí. Ele frisou que a intenção é auxiliar os municípios, pois administrar
28 assuntos relacionados ao meio ambiente não é tarefa simples e, em muitas vezes, a
29 legislação também não dá todo o suporte, pois, segundo ele, o tema passa pela
30 discussão sobre o papel e o lugar do ser humano no ambiente natural e as ideias
31 estabelecidas na legislação não são as mesmas levadas em consideração quando da
32 ocupação dos ambientes naturais pelos imigrantes. Conforme ele, desde sempre a
33 natureza é vista como uma dificuldade a ser transposta para o desenvolvimento do ser
34 humano, até que, com a Revolução Industrial, a ciência passou a tomar uma posição mais
35 relevante na economia e no desenvolvimento de bens para facilitar a vida do ser humano.
36 Logo, o Homem começou a pensar de que poderia dominar a natureza e corrigir as
37 distorções causadas por ele ao meio ambiente. Porém, atualmente já foi comprovado que
38 a Ciência não tem solução definitiva para as intempéries e desastres naturais e o que foi
39 destruído não poderá ser concertado. Diante disso, os estudiosos e as instituições
40 ambientalistas estão ampliando a discussão e a conscientização da população para a
41 preservação do meio ambiente e a importância de harmoniosamente conviver com a
42 natureza. O promotor Todeschini disse que, na verdade, busca-se a preservação da raça
43 humana, que acontecerá pelo respeito ao ambiente em que ela está inserida. O que se
44 busca é equilíbrio entre a preservação da natureza e a busca pelo desenvolvimento pleno
45 do ser humano. Porém, este trabalho em prol do meio ambiente envolve entidades e
46 grupos de pessoas, passando pela legislação que, embora não contribui muito em
47 algumas questões, deve ser seguida e, para tentar facilitar este processo, o MP/SC tem
48 agido no sentido de tentar um bom termo de convívio do ser humano com a natureza.

49 Nesta lógica, a AMMVI, segundo ele, tem sido uma parceira imprescindível,
50 principalmente na área do saneamento básico, que tem permitido alguns avanços. No
51 entanto, observa-se que, apesar dos progressos, atualmente o grande entrave diz
52 respeito à execução das obras, as quais não progredem pela limitação e escassez de
53 recursos financeiros e pela falta de apoio das demais esferas de governo. Diante disso,
54 deve-se buscar soluções e o diálogo tem sido uma importante fonte de progresso, pois é
55 imprescindível refletir sobre novas alternativas para a solução dos antigos Termos de
56 Ajustamento de Conduta (TAC), já que foram assinados em época de fartura dos cofres
57 públicos, especialmente em âmbito federal. O senhor promotor falou ainda que a
58 Promotoria de Blumenau é parceria da AMMVI também em outras duas questões, que
59 vêm sendo tratadas há pelo menos seis meses, que dizem respeito à terraplanagem e ao
60 diagnóstico socioambiental. A primeira nasceu de um seminário organizado pela AMMVI,
61 que revelou que um dos grandes problemas que se tem hoje em relação às cheias diz
62 respeito à terraplanagem (remoção de terra, corte de morros e aterros), que muda a
63 configuração do território do município, pois quando se muda a superfície, a dinâmica das
64 águas é diretamente atingida, alterando inclusive a cota de enchentes. Além disso,
65 quando não acompanhadas e fiscalizadas, as terraplanagens influenciam também no
66 assoreamento dos rios e córregos. A discussão acerca do assunto é relevante para se
67 chegar a uma fórmula em que os municípios possam regulamentar a execução da
68 terraplanagem, para que esta não aconteça sem qualquer forma de controle e obedeça a
69 critérios técnicos. Outro assunto que vem sendo tratado em parceria é o diagnóstico
70 socioambiental, que poderá contribuir para o entendimento de algumas cláusulas do
71 Código Florestal Brasileiro, o qual também deverá ser aplicado nas áreas urbanas. No
72 entanto, os recuos ditados pelo Código não condizem com a realidade da região, que
73 possui áreas consolidadas e não conseguirão obedecer a todos os recuos. Ao mesmo
74 tempo em que a legislação ditou regras sobre os afastamentos, ela trouxe flexibilização
75 de algumas diretrizes, permitindo que novas medidas sejam tomadas, desde que se tenha
76 o diagnóstico socioambiental. Este documento tem por função estabelecer no município a
77 Área Urbana Consolidada (AUC), que se classifica como tal quando presentes alguns
78 requisitos explícitos em lei. O promotor alertou que é indispensável ao Município este
79 estudo para poder efetuar a flexibilização dos afastamentos determinados pelo Código
80 Florestal. Segundo ele, esta flexibilização vai trazer uma série de facilidades ao
81 desenvolvimento do município. Além disso, o diagnóstico vai apontar onde existem áreas
82 de interesse ecológico relevante e onde existem áreas de risco. Diante desses dois
83 tópicos, verificou-se a necessidade de mapear as áreas com cotas de inundação, AUC,
84 de interesse ecológico e de risco, determinando-se as áreas em que serão permitidas as
85 terraplanagens. Para tanto, o grupo de estudo está buscando alternativas simples,
86 rápidas, de baixo custo e de alta confiabilidade para apresentar aos Municípios. Neste
87 cenário, um mestrando da Universidade Regional de Blumenau (Furb) desenvolveu um
88 sistema que permite o mapeamento de áreas suscetíveis a inundações, utilizando o
89 modelo HAND (Height Above the Nearest Drainage ou Altura Acima da Drenagem mais
90 Próxima), e que atenderá a necessidade técnica para se desenvolver as contas de
91 inundação e outras informações indiretas. Em seguida, o professor da Furb e pesquisador
92 na área de hidrometeorologia, senhor Marcos Rodrigo Momo, fez a apresentação da nova
93 metodologia, os resultados obtidos, a proposta de mestrado e a viabilidade de aplicação
94 na região do Médio Vale do Itajaí com disponibilização via internet dos mapas de risco.
95 Segundo ele, a iniciativa surgiu pela pressão exercida pelo aumento populacional que tem
96 ocasionado a ocupação em áreas de planície de inundação. Além disso, a ocupação

97 desordenada e o processo de urbanização e industrialização, aliado à falta de
98 planejamento urbano, vêm fazendo com que aumente o número de registro de desastres.
99 Este problema é comumente presenciado nas regiões urbanas, fazendo com que ocorra
100 um acréscimo significativo de áreas urbanas com vulnerabilidade à inundação. Além
101 disso, este problema pode ser agravado por conta das incertezas futuras, em que os
102 momentos de seca e enchentes se tornam cada vez mais frequentes, cujos estudos
103 apontam que as ocorrências devem aumentar e se agravar a cada década. Conforme
104 mapa apresentado pelo professor, da década de noventa à década de dois mil, o número
105 de eventos naturais aumentou de 20% para 80%. Em Blumenau, desde o ano de um mil
106 oitocentos e cinquenta e dois, foram contabilizadas setenta e uma inundações acima de
107 oito metros, que são consideradas enchentes, ou seja, um evento de cheias a cada dois
108 anos. Conforme o pesquisador, foge da capacidade humana fazer com que tais eventos
109 deixem de ocorrer, porém, há possibilidade de criar mecanismos que viabilizam a
110 minimização dos danos. Neste sentido, os mapas de suscetibilidade e inundação têm
111 papel imprescindível para a gestão urbana, pois permite integrar o plano de contingência
112 para o controle de cheias visando à redução de danos e facilita o estabelecimento de um
113 programa de transferência da população que mora em regiões de risco ou o
114 desenvolvimento de uma capacidade de convivência em ambientes com alta frequência
115 de cheias. O professor citou o exemplo de Blumenau que, na enchente de dois mil e onze,
116 foram coletados mil duzentos e quarenta pontos, com base numa cota de treze metros. A
117 metodologia para o desenvolvimento das cartas de inundação é através do modelo
118 HAND, que foi desenvolvido por um grupo de cientistas do Instituto Nacional de
119 Pesquisas Espaciais (Inpe), que consiste no modelo normalizado de terreno e que define
120 como referência altimétrica a rede de drenagem mais próxima. A classificação de uma
121 área é com base na distância vertical da drenagem mais próxima, isto implica dizer que,
122 quanto mais próximo o nível relativo do ponto em relação à rede de drenagem, maior será
123 a suscetibilidade de inundação deste ponto. O resultado da simulação HAND é
124 estreitamente relacionado com a qualidade do dado topográfico, ou seja, quanto melhor a
125 resolução do dado topográfico, melhor será a acurácia de acerto na classificação de
126 áreas. Esta metodologia foi utilizada no projeto de megacidades em São Paulo para fazer
127 projeção de cenários futuros no intuito de evitar desastres no crescimento das cidades. A
128 outra aplicação desta metodologia foi para mapear as Áreas de Proteção Permanente
129 (APP) para viabilizar as discussões do Código Florestal Brasileiro. O senhor Momo
130 explicou que este modelo foi aplicado no projeto de mestrado, sob o acompanhamento do
131 professor Dirceu Luis Severo, em que se simulou a superfície de inundação de Blumenau
132 e Brusque utilizando os dados topográficos finos, ou seja, o levantamento
133 aerofotogramétrico produzido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
134 e Sustentável (SDS) em dois mil e onze. No segundo momento, foi feito o levantamento
135 com as cartas de inundações já disponíveis de Blumenau e Brusque e, por fim,
136 apresentados e analisados os resultados. O desempenho do modelo pode ser maior
137 quando as variações hidrodinâmicas são menos expressivas, em contrapartida, requer
138 pouco espaço computacional e a aplicação é simplificada, obtendo-se resultados de forma
139 rápida. Pelo trabalho desenvolvido, concluiu-se que, pela obtenção das manchas de
140 inundação, o modelo HAND é uma boa opção para se mapear as áreas suscetíveis à
141 inundação. Este modelo pode também ser utilizado nos estudos para casos de
142 rompimento de barragens e inundações de bacias hidrográficas. Os resultados da
143 pesquisa foram publicados em uma das melhores revistas científicas do mundo e do
144 Brasil na área. O projeto, se aplicado nos municípios da AMMVI, objetiva realizar o estudo

145 hidrológico da região, o mapeamento de áreas suscetíveis à inundação utilizando a
146 metodologia HAND e o desenvolvimento de uma página web para disponibilizar tais
147 informações à comunidade em geral. Dentre as análises de viabilidade se pode observar
148 benefícios nas áreas operacional, econômica, técnica, política e legal. Sob o aspecto
149 operacional, o uso da metodologia HAND para o mapeamento de áreas utilizando dados
150 finos já foi validada cientificamente em outros locais da região do Médio Vale,
151 apresentando acurácia acima de 85% para a classificação de áreas com suscetibilidade à
152 inundação. O projeto apresenta viabilidade econômica porque o custo operacional é
153 acessível, uma vez que possui simplicidade de aplicação. Já a viabilidade técnica é
154 possível pelas várias redes de dados hidrometeorológicos na Bacia do Rio Itajaí, que
155 contribuem para demarcação dos tempos de recorrência e com informações disponíveis à
156 comunidade através de integração com os portais municipais, além do ambiente mobile.
157 E, por fim, a viabilidade política e legal do projeto se dá pelo seu desenvolvimento
158 utilizando software livre e pacotes de softwares licenciados pelo executor do projeto. A
159 parte contratante se exime totalmente das obrigações de licenciamento de software e
160 royalties a terceiros. Este estudo viabilizará o desenvolvimento de uma ferramenta para a
161 gestão urbana, representando o instrumento para regulamentação à Lei Nacional de
162 Defesa Civil, pois prestará informações para o controle preventivo do uso e da ocupação
163 do solo, possibilitará avançar na gestão e no controle de cheias, ajudará na gerência das
164 áreas já ocupadas com suscetibilidade à inundação, facilitará o estabelecimento de um
165 programa de transferência da população ou o desenvolvimento de uma capacidade de
166 convivência, prestará informações para o delineamento das ações do Plano de
167 Contingência de Defesa Civil para a minimização de dados econômicos e sociais quando
168 da ocorrência de eventos extremos climáticos. Em seguida, o professor apresentou o
169 cronograma de execução das atividades que, ao total, deverá levar seis semanas:
170 obtenção dos dados, levantamento de campo, estudo hidrológico, simulação das
171 manchas HAND, verificação em campo, implementação do sistema web, documentação
172 do sistema, treinamento do pessoal e reunião de implantação. Uma vez aprovada a
173 proposta, os trabalhos iniciam de imediato e o controle é feito através da obtenção dos
174 mapas HAND. Já a manutenção do sistema não demanda alto custo e toda
175 documentação relacionada ao sistema web será repassada à equipe de suporte na fase
176 de treinamento. Após, o senhor Momo apresentou aos prefeitos uma simulação através
177 dos mapas de Blumenau. O professor explicou ainda que, dentre os produtos finais do
178 projeto, obter-se-á o relatório de estudos hidrológicos, o arquivo digital contendo a carta
179 enchente do município, página web e códigos fontes de toda a documentação em
180 desenvolvimento. O custo total do projeto ficaria em R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e
181 novecentos reais) por município. Em continuidade, o presidente da AMMVI agradeceu a
182 explanação e a parceria do MP/SC, afirmando que os prefeitos irão analisar a proposta e
183 devem entrar em contato para futura parceria. Em continuidade, o presidente relatou
184 sobre a reunião dos prefeitos com o secretário de Estado da Fazenda, senhor Antônio
185 Marcos Gavazzoni, realizada na Federação Catarinense de Municípios (Fecam). Na
186 ocasião, o presidente da AMMVI cobrou sobre os repasses do Estado aos Municípios,
187 cujas datas não estão sendo cumpridas, comprometendo os cofres municipais, *l*
188 principalmente nas áreas da educação e saúde. No encontro, o senhor Gavazzoni falou
189 sobre o retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que,
190 segundo relato do prefeito Tomaselli, o setor turístico é um dos poucos que está em *l*
191 crescimento. Em seguida, o presidente passou a palavra ao economista da AMMVI,
192 senhor Célio Francisco Simão, que entregou um relatório aos prefeitos com informações

193 relacionadas ao Valor Adicionado (VA) de dois mil e catorze, cujo índice passou de 7%
194 para 12,4%, o que significa uma importante evolução. No momento, as contas de dois mil
195 e quinze estão sendo fechadas e há expectativa de apresentar melhoras na região. Os
196 prefeitos também tiveram acesso aos dados atualizados do VA relativos a dois mil e
197 quinze, como também o crescimento no índice dos municípios de dois mil e quinze em
198 relação ao ano anterior. Pela tabela observa-se que os municípios que tiveram
199 crescimento no índice foi em função de grandes companhias ou a instalação de usinas.
200 Segundo o economista, não se pode afirmar que o ICMS sofrerá melhora, a previsão era
201 de crescimento no primeiro trimestre deste ano, porém ainda estão acontecendo algumas
202 definições na composição dos dados finais, além de que a economia está aquém do
203 esperado. Para ele, a reação da economia será lenta e a arrecadação do ICMS tende a
204 não melhorar muito, além de que se prevê significativa queda do Fundo de Participação
205 dos Municípios (FPM). Avançando a assembleia, o secretário executivo da AMMVI relatou
206 que foi promovida reunião sobre as condutas vedadas em ano eleitoral com os membros
207 dos Colegiados de Controladores Internos, Recursos Humanos, Procuradores e Fazenda
208 e os prefeitos para repassar algumas orientações a respeito do assunto e esclarecer
209 dúvidas. Uma nova reunião sobre o tema será agendada para junho. O senhor Corrêa
210 lembrou ainda que no dia vinte e um de março a Associação vai promover um curso a
211 respeito, em que estará subsidiando 60% do valor da inscrição para os servidores dos
212 municípios do Médio Vale. O secretário disse que a assessoria jurídica da AMMVI está à
213 disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos agentes políticos, sempre zelando para
214 o cumprimento da legislação e evitar futuros transtornos. Em prosseguimento, neste item
215 o secretário executivo falou das últimas agendas que a Diretoria Executiva da AMMVI
216 cumpriu com lideranças políticas, a exemplo da reunião feita com o secretário de Estado
217 da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, o qual avisou que há perspectiva de se ter uma
218 reunião com o governador Raimundo Colombo no dia vinte e oito de março, data em que
219 este tem agenda em Blumenau. O presidente falou ainda sobre a audiência feita com o
220 secretário de Estado da Segurança Pública, César Augusto Grubba, que anunciou a
221 criação de uma Guarnição Especial em Indaial. Esta terá duas Companhias: a primeira,
222 com sede em Indaial, ficará responsável em atender os municípios de Acurra, Apiúna e
223 Rodeio, além da própria sede. Já a Segunda Companhia, sediada em Timbó, atenderá
224 também aos municípios de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Pomerode e Rio dos Cedros.
225 O senhor Corrêa avisou ainda da reunião feita com o presidente do Tribunal de Contas do
226 Estado de Santa Catarina (TCE/SC), senhor conselheiro Luiz Roberto Herbst, no dia
227 primeiro de março, da reunião com o secretário de Estado da Saúde, senhor João Paulo
228 Kleinübing e com um representante da Secretaria de Estado da Fazenda. Na saúde foi
229 solicitado o cumprimento dos repasses dos programas do Estado aos Municípios e o valor
230 do inventivo de Média e Alta Complexidade (MAC) de dois mil e quinze. O presidente
231 relatou que segundo o secretário de Saúde, o MAC era um recurso somente de dois mil e
232 catorze feito por meio de decreto e não há previsão de novos repasses. Porém, o
233 presidente da AMMVI explicou que a região não possui sequer um hospital público, logo,
234 precisa de mais investimentos na área da saúde, pois os Municípios estão a cada dia
235 aumentando o montante da ajuda financeira aos hospitais filantrópicos. Neste assunto, os
236 prefeitos deliberaram a produção de um ofício ao secretário de Estado com a
237 reivindicação sobre o repasse do MAC. Na sequência, o senhor Corrêa falou das
238 próximas agendas: dia vinte e nove de março, reunião com o secretário de Estado da
239 Defesa Civil, senhor Milton Hobus e com o superintendente regional do Departamento
240 Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Santa Catarina, senhor Vissilar

241 Preto; e Congresso Catarinense de Municípios, de quinze a dezessete de março. Na
242 sequência, em função do adiantado da hora, os prefeitos deliberaram que o Relatório de
243 Atividades de dois mil e quinze poderá ser enviado por e-mail aos prefeitos ou então
244 apresentado na próxima assembleia, uma vez que o presidente à época e prefeito de
245 Rodeio, Paulo Roberto Weiss, não pode estar presente na reunião. Seguindo para
246 assuntos gerais, os prefeitos falaram brevemente sobre o reajuste do salário dos
247 servidores públicos municipais e o índice que cada município deverá conceder. Nada
248 mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia,
249 agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente
250 ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo
251 senhor secretário executivo da AMMVI.



Fernando Tomaselli
Presidente
Prefeito de Rio dos Cedros



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo



Michele Prada
Assessora de Relações Públicas

252